

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério do Esporte



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério do Esporte

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

**Brasília
2009**

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação dos Programas

Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão

Esporte e Lazer da Cidade

Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer

Inclusão Social pelo Esporte

Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo

Anexo I - Execução Física e Financeira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o(a) Ministério do Esporte (ME), foram utilizados **R\$ 965.775.877,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 1.407.860.822,00	Empenho Liquidado:	R\$ 965.775.877,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 965.775.877,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 660.518.063,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R\$ 333.120.769,00**, ou seja, **50,43 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério do Esporte (ME)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	436.897.795,00	124.889.793,00	28,59
	1250 Esporte e Lazer da Cidade	846.888.889,00	585.377.920,00	69,12
	1245 Inclusão Social pelo Esporte	18.220.630,00	11.696.426,00	64,19
	8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	297.465.201,00	191.793.607,00	64,48
Total Finalístico		1.599.472.515,00	913.757.746,00	56,59
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	25.706.054,00	8.374.109,00	32,58
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		25.706.054,00	8.374.109,00	32,58
Total Geral		1.625.178.569,00	922.131.855,00	51,79

* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no “valor total do órgão” são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Objetivo Setorial: Ampliar e qualificar a infra-estrutura de esporte e de lazer no país

Objetivo de Governo Vinculado: Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Ampliação da Taxa de Municípios com Infra-estrutura Esportiva / porcentagem (%)	66,20	31/12/2003	80,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
A definir / -	1,00	31/12/2008	5,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Fomentar a geração de emprego e renda, a indústria nacional e a cadeia produtiva do esporte e do lazer, potencializando o crescimento do país

Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
A definir / -	1,00	31/12/2008	5,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico do esporte e do lazer, em todas as suas dimensões

Objetivo de Governo Vinculado: Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
A definir / a definir	1,00	31/12/2008	5,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Fortalecer o esporte de alto rendimento, elevando o nível esportivo do país

Objetivo de Governo Vinculado: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Taxa de Acesso ao Esporte de Alto Rendimento / porcentagem (%)	115,74	31/12/2006	400,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
A definir / a definir	1,00	31/12/2008	5,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Potencializar o desenvolvimento do esporte escolar para crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens / percentual %	0,01	31/12/2005	0,09

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e do lazer, em todas as suas dimensões



Relatório Anual de Avaliação

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
A definir / a definir	1,00	31/12/2008	5,00

Comentários Adicionais

Principais Resultados

A falta de indicadores para os Objetivos Setoriais impede que uma análise precisa seja realizada quanto ao seu alcance. Em virtude de alguns Objetivos Setoriais estarem expressos de forma bem semelhante aos objetivos dos programas, o andamento satisfatório destes para a consecução de seus objetivos específicos implica em considerável contribuição para o alcance do Objetivo Setorial ao qual estão vinculados. Dessa forma, a análise compreenderá os Objetivos que possuem programas vinculados utilizando os dados sobre o objetivo específico do programa como parâmetro para o alcance do Objetivo Setorial. No conjunto, não há elementos suficientes que permitam afirmar categoricamente que os programas do Ministério do Esporte cumprem de maneira satisfatória as previsões estabelecidas no atual PPA. Admite-se que os Objetivos Setoriais a eles vinculados têm recebido contribuições positivas da atuação do Ministério do Esporte.

O Programa 0181 – O Brasil no Esporte de Alto rendimento – Brasil Campeão relata bons resultados quanto às ações de captação de grandes eventos esportivos, à melhora dos resultados dos atletas brasileiros em competições de alto nível e ao aumento do número de atletas beneficiários da Bolsa Atleta. A gerência do Programa, no entanto, considera a contribuição para o Objetivo Setorial - Fortalecer o esporte de alto rendimento, elevando o nível esportivo do país – como MÉDIA. A elevação do nível esportivo do país passa, necessariamente, por ações de caráter mais continuado, como a implantação de núcleos de esporte de base e a descoberta do talento esportivo. Esses, segundo a gerência, têm sido pouco efetivos. As razões relatadas para tal situação passam por deficiências na estrutura organizacional – como falta de Recursos humanos e capacitação insuficiente –, alternância constante das estratégias de execução, dificuldade de coordenação com outros ministérios.

Em relação ao Programa 1245 – Inclusão social pelo Esporte, no ano de 2008, a ação Pintando Cidadania ganhou destaque dentro do programa, alcançando a marca de 2.280.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social beneficiadas. Tal execução física corresponde a 23,79% da previsão que consta na LOA. De acordo com a gerência do Programa, essa previsão adotou critérios de cálculo diferentes aos utilizados por ela, segundo os quais a execução física estaria mais compatível com a execução financeira de 79,55% . Considerando-se os números absolutos envolvendo o quantitativo de beneficiários e o amplo público-alvo, é notável a realização dessa ação. A associação das realizações da ação Pintando Cidadania com o sucesso das atividades de ressocialização e profissionalização de internos do Sistema Penitenciário Nacional – dentro da ação Pintando a Liberdade - ensejou ALTA contribuição para o Objetivo Setorial vinculado ao Programa - Promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e do lazer, em todas as suas dimensões.

No âmbito do Programa 0413 – Gestão das Políticas de Esporte e Lazer, a gerência relata bons resultados tanto na capacitação de gestores públicos na área do esporte quanto na produção de estudos advindos da contratação de serviços de consultorias e convênios com instituições de pesquisa. Como consequência obteve avanços significativos na estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e na avaliação das políticas públicas e programas implementados pelo Ministério do Esporte. A contribuição do Programa para o Objetivo Setorial - Implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer – foi, portanto, classificada como ALTA.

Os Programas 1250 (Esporte e Lazer na Cidade) e 8028 (Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo) estão vinculados ao mesmo Objetivo Setorial, Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões. Ambos relataram dificuldades para a consecução do Objetivo Setorial ao qual estão vinculados. No Programa 1250, o grau MÉDIO de contribuição para o objetivo

setorial é consequência dos resultados obtidos nas ações destinadas ampliação de espaços de inclusão social de segmentos não atendidos suficientemente por outras políticas sociais, como jovens em situação de criminalidade, idosos, indígenas, quilombolas e outros. Também é destacado o avanço na ampliação das oportunidades de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer. Apesar da significativa contribuição para o Objetivo, ela ainda é considerada insuficiente, o que justifica a classificação atribuída.

A gerência do Programa 8028 foi a única a relatar BAIXA contribuição do programa para o seu Objetivo Setorial. A principal razão é a impossibilidade de alcançar o Objetivo Setorial com o atual modelo de conveniamento e os recursos orçamentários disponíveis. A universalização do esporte seria resultado de uma ampla articulação entre as políticas educacional e esportiva, de forma que a escola efetivamente se transformasse em foco irradiador de políticas de universalização do esporte. O vasto número de beneficiários do programa apurado em 2008 ainda não se aproxima da meta estipulada para o fim do PPA, tendo em vista a amplitude público-alvo. Dessa forma, a priorização das ações de articulação com a política educacional é imprescindível para a consecução do Objetivo Setorial.

O alcance dos Objetivos Setoriais, em suma, parece estar em situação razoável em virtude do avanço relatado pelos programas. É imprescindível, portanto, a inclusão de indicadores setoriais para um acompanhamento estruturado da evolução dos Objetivos. A atribuição de indicadores para os Objetivos Setoriais, além de recomendada no manual de avaliação do PPA distribuído pela SPI, é fundamental para aferições mais precisas a respeito de suas evoluções. Para isso, é provável que uma reformulação dos Objetivos seja necessária, tendo em vista que atualmente estão expressos de forma semelhante aos objetivos específicos dos programas, além de utilizarem expressões de difícil enquadramento em indicadores quantificáveis. Como exemplo, podemos citar expressões como “promover o desenvolvimento humano”, “democratizar o acesso”. Tais expressões dificultam a atribuição de variáveis destinadas a compor o cálculo dos indicadores necessários.

Foi constatada, na fase qualitativa para o PLOA 2010, a grande dificuldade dos gerentes, no que se refere à elaboração dos indicadores, principalmente pela ausência de capacitação de algumas Secretarias que desconhecem a utilidade dos indicadores como ferramenta de gestão, e inexistência de uma metodologia que os auxilie na construção de seus indicadores de forma que possam ser medidos e utilizados como ferramentas para o processo de tomada de decisão.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão

GERENTE DO PROGRAMA

Ricardo Leyser Gonçalves

OBJETIVO

Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior

PÚBLICO-ALVO

Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$436.897.795,00	Empenhado Liquidado: R\$124.889.793,00 Paço Estatais: - Total: R\$124.889.793,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - 2456 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	2.000,00	1.300,00	0,65	800.000,00	687.243,00	0,86
Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento - 2360 (-/-)	1,00	1,00	1,00	65.833.895,00	62.004.425,00	0,94
Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento - 2360 (Ação de captação realizada/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	65.833.895,00	62.004.425,00	0,94
Concessão de Bolsa a Atletas - 09HW (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	20.002.832,00	3.313,00	0,00	41.120.000,00	21.103.735,00	0,51
Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZO (UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUIDA/UNIDADE)	852,00	0,00	0,00	183.080.158,00	0,00	0,00

Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZP (-/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	9.517.000,00	0,00	0,00
Deteção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento - 8003 (ATLETA AVALIADO/UNIDADE)	100.000,00	200,00	0,00	1.000.000,00	497.818,00	0,50
Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento - 2358 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	4.401,00	2.169,00	0,49	6.610.000,00	2.629.426,00	0,40
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	28.434.252,00	14.205.134,00	0,50
Implantação da Infra-Estrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZQ (infra-estrutura implantada/%)	41,00	0,00	0,00	54.200.000,00	0,00	0,00
Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte - 1055 (-/-)	1,00	2,00	2,00	4.537.000,00	783.042,00	0,17
Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte - 1055 (Centro implantado/modernizado/ UNIDADE)	1,00	2,00	2,00	4.537.000,00	783.042,00	0,17
Implantação e Modernização de Infra-estrutura para o Esporte de Alto Rendimento - 8766 (infra-estrutura implantada/UNIDADE)	133,00	2,00	0,02	9.195.001,00	6.587.240,00	0,72
Preparação das Equipes Brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares - 20CH (-/%)	44,00	0,00	0,00	15.361.190,00	0,00	0,00
Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento - 2500 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	11,00	13,00	1,18	4.301.899,00	4.191.756,00	0,97
Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento - 2490 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	723,00	1.257,00	1,74	3.600.000,00	3.599.974,00	1,00
Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência - 2486 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	1.250,00	828,00	0,66	1.000.000,00	1.000.000,00	1,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	7.600.000,00	7.600.000,00	1,00

Relatório Anual de Avaliação

Segurança para os V Jogos Mundiais Militares - 20Cl (-/% de implantação)	1,00	0,00	0,00	707.400,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			0,63			0,51

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - 2456 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	723.854,00	723.854,00	1,00
(RAP 2007) Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento - 2360 (-/-)	-	-	-	3.622.669,00	3.508.905,00	0,97
(RAP 2007) Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento - 2360 (Ação de captação realizada/UNIDADE)	-	-	-	3.622.669,00	3.508.905,00	0,97
(RAP 2007) Concessão de Bolsa a Atletas - 09HW (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	-	-	-	26.033.339,00	21.117.673,00	0,81
(RAP 2007) Detecção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento - 8003 (ATLETA AVALIADO/UNIDADE)	-	-	-	867.649,00	735.954,00	0,85
(RAP 2007) Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento - 2358 (Atleta de base beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	691.173,00	691.173,00	1,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.696,00	2.696,00	1,00
(RAP 2007) Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte - 1055 (Centro implantado/modernizado/UNIDADE)	-	-	-	1.433.264,00	822.072,00	0,57
(RAP 2007) Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento - 2490 (-/-)	-	-	-	25.070.165,00	24.999.994,00	1,00

(RAP 2007) Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento - 2490 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	25.070.165,00	24.999.994,00	1,00
(RAP 2007) Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência - 2486 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	38.592,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,83

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Acesso ao Esporte de Alto Rendimento - percentual	115,740	31/12/2006	0,000		400,000	Muito Baixa

Fonte: Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento

Medidas corretivas necessárias: A fórmula proposta para o cálculo do primeiro indicador considerou o quantitativo de talentos descobertos e registrados no Banco de Talentos do Ministério do Esporte como fonte desses números. No entanto, a estratégia para identificação de talentos foi alterada pela gerência, em 2008, do Programa, o que afetou diretamente o quantitativo de acesso por esse mecanismo, ou seja, não houve inclusão de talentos no referido Banco em 2008, acarretando em índice igual a zero para o indicador. Se isso não for reavaliado, será impossível não só atingir o índice previsto, mas também apurá-lo.

Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial - percentual	44,820	31/01/2007	0,000		60,000	Muito Baixa
---	--------	------------	-------	--	--------	-------------

Fonte: Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento

Medidas corretivas necessárias: Alterar o indicador, pois as modalidades esportivas olímpicas não são ranqueadas no mesmo padrão ou na mesma unidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil possui uma população de aproximadamente 186 milhões de habitantes. Inserido nesta população encontra-se um grande contingente de indivíduos em idade de iniciação esportiva. Essas crianças e jovens, muitos deles com características especiais e que favorecem a prática esportiva de alto rendimento, evidenciam a necessidade de implementação de ações que permitam a ampliação do acesso a este segmento esportivo, incluindo, neste contexto, as pessoas portadoras de deficiência e de necessidades especiais. Estudos científicos estimam ser possível identificar em determinados cortes populacionais, até 2% de indivíduos que poderiam ser considerados talentos motores e que após período adequado de testes e oportunidade de desenvolvimento técnico-esportivo, poderiam integrar equipes de esporte de rendimento.

Com relação à base do esporte brasileiro, vive-se momento de definições, já que esta iniciativa de desenvolvimento esportivo, historicamente, esteve atrelada às entidades de práticas esportivas (Clubes), porém, a gradual redução de benefícios fiscais e subsídios governamentais ensejou que várias entidades deixassem ou reduzissem o investimento na formação esportiva de competição.

Ressalte-se que o Ministério do Esporte, em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro, está buscando a revitalização das Olimpíadas Escolares e das Olimpíadas Universitárias, com o objetivo de dar maior visibilidade a estas competições e estimular a participação das representações estudantis. A mobilização dos jovens atletas, proporcionada por eventos de dimensão nacional, configura-se importante para a sedimentação do processo de renovação do esporte.

Em contraponto às necessidades de capacitação e atualização técnica para o esporte de alto rendimento, o Brasil é um dos países com maior número de profissionais graduados e pós-graduados nas áreas de educação física e de esportes. Este quadro configura-se em enorme potencial, necessitando ser mais bem aproveitado no cotidiano esportivo.

A realização de grandes eventos esportivos possui a capacidade de mobilizar a população em geral, os praticantes de modalidades esportivas, os patrocinadores, a mídia, criando uma atmosfera positiva e de movimentação da economia do país e da cidade onde acontecem os jogos, contribuindo para transmitir uma imagem exitosa do País no exterior.

O esporte de alto rendimento, no entanto, extrapola o concreto no momento em que representa o estado positivo da auto-estima da população brasileira. Ele representa o sucesso, a superação das dificuldades, o lazer, o encontro, a união, a revelação mais atual de nacionalismo. A sociedade brasileira, muitas vezes, tem se apoderado desta manifestação esportiva em contraponto com as mazelas da pobreza, violência, entre outras. Os ídolos ou modelos exitosos/positivos no Brasil, em grande parte, são produtos deste meio e, assim, se faz cada vez mais necessário o papel das políticas públicas no fortalecimento do acesso à população nesta vertente esportiva.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Aprovação na fase classificatória da candidatura do Rio de Janeiro a sede das olimpíadas de 2016; aumento de cerca de 50% de atletas beneficiados com o Bolsa Atleta; resultados obtidos pelas equipes brasileiras nos Jogos Olímpicos de Pequim; realização da Copa do Mundo FIFA de Futsal; realização dos Jogos dos Países de Língua Portuguesa–CPLP no Rio de Janeiro, e; participação do Brasil nos Jogos Sul-Americanos Escolares/Uruguai. Essas ações somadas representam a maior contribuição no sentido do atingimento dos objetivos do Programa, ressaltando que são ações de grande mobilização, mas que necessitam de ações de caráter mais continuado para dar concretude ao objetivo proposto.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Disparidades de planejamento e execução que ocorreram, tanto para baixo como para superação das metas propostas, tendo em vista a constante alternância de estratégias de execução das ações, assim como a deficiência no estabelecimento e utilização de instrumentos de gerenciamento e padrões de gestão, devendo o programa ser adequado as possíveis metas a serem atingidas com os recursos disponibilizados.

A baixa execução realizada, se deveu principalmente em ações que não foram gerenciadas por esta SNEAR ou pela Comissão Candidatura Rio 2016, como: 11Z0 – Construção de Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares; 11ZP Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares; 11ZQ Implantação de Infra Estrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares; 20CH Preparação das Equipes Brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares; 20CI Segurança para os V Jogos Mundiais Militares; 8766 Implantação e Modernização de Infra Estrutura para o Esporte de Alto Rendimento e uma parte da ação 2272 Gestão e Administração do Programa. Tais recursos representaram cerca de 65% dos valores disponibilizados ao Programa em 2008

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Fortalecer o esporte de alto rendimento, elevando o nível esportivo do país

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Ao mesmo tempo que importantes ações tiveram como resultados o êxito da candidatura do Rio de Janeiro a sede das Olimpíadas de 2016, a realização do Mundial de Futsal no Brasil ao aumento de atletas que receberam a Bolsa Atleta, as ações de caráter mais continuado, como implantação de núcleos de esporte de base e descoberta do talento esportivo foram pouco efetivas. Portanto os grandes eventos são importantes na busca do objetivo setorial, mas é necessário, também, ações de cunho continuado para dar concretude ao atingimento deste objetivo.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: A gestão das ações não tem tido como claro o público alvo do programa. Isso tem sido confundido com atender o esporte ou a modalidade, perdendo, na maioria das vezes o foco no atleta.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A maior dificuldade foi a preocupação com a execução orçamentária do Programa. As dificuldades passam por falta de pessoal e estrutura organizacional e, sem dúvida, em função de diversos modelos de gestão alternados ou, até, inexistentes, que não buscaram esse dado.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: Existe uma ação específica para atendimento de atletas portadores de deficiência, além de outras ações do programa também oferecerem cobertura a esses paraatletas.

Criança e Juventude: Existe, também, duas ações orçamentárias com a finalidade específica de atender o público até 17 anos. Descoberta de Talentos esportivos e Núcleos de esporte de Base, com a finalidade de promover o esporte de rendimento nesta faixa etária.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A principal dificuldade é o modelo de gestão que foi estabelecido, que não contemplou qualquer intensão neste sentido.

Esporte e Lazer da Cidade

GERENTE DO PROGRAMA

Rejane Penna Rodrigues

OBJETIVO

Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$846.888.889,00	Empenhado Liquidado:	R\$585.377.920,00
	Paço Estatais:	-
	Total:	R\$585.377.920,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer - 8497 (Obra editada/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	100.000,00	100.000,00	1,00
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas - Vida Saudável - 2C60 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	144.833,00	148.188,00	1,02	3.242.000,00	2.781.821,00	0,86
Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer - 8284 (Município atendido /UNIDADE)	420,00	345,00	0,82	380.000,00	353.400,00	0,93
Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer - Rede Cedes - 2426 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	33,00	18,00	0,55	1.083.000,00	809.120,00	0,75
Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 2667 (-/-)	1.750.649,00	716.600,00	0,41	27.752.000,00	18.439.387,00	0,66

Relatório Anual de Avaliação

Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 2667 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	1.750.649,00	716.600,00	0,41	27.752.000,00	18.439.387,00	0,66
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	480.000,00	399.768,00	0,83
Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - 5450 (Espaço implantado/modernizado/UNIDADE)	3.552,00	2.312,00	0,65	811.404.889,00	560.425.864,00	0,69
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer - 2428 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	9,00	3,00	0,33	227.000,00	82.102,00	0,36
Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer - 8473 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	4,00	3,00	0,75	520.000,00	300.250,00	0,58
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	1.400.000,00	1.400.000,00	1,00
Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - Cedime - 2448 (instituição apoiada/UNIDADE)	5,00	5,00	1,00	300.000,00	286.208,00	0,95
Índice médio geral de realização			0,69			0,77

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer para Pessoas Adultas e da Terceira Idade - Vida Saudável - 2C60 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	3.004.536,00	2.053.970,00	0,68
(RAP 2007) Edição e Distribuição de Material Técnico e Científico Relacionados ao Esporte Recreativo e ao Lazer - 8453 (Exemplar distribuído/UNIDADE)	-	-	-	76.412,00	59.012,00	0,77
(RAP 2007) Funcionamento de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES - 2426 (CENTRO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	756.490,00	685.306,00	0,91

(RAP 2007) Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 2667 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	20.417.091,00	15.558.711,00	0,76
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.801,00	1.800,00	1,00
(RAP 2007) Implantação e Modernização de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES - 3988 (Centro implantado/modernizado/ UNIDADE)	-	-	-	233.625,00	117.106,00	0,50
(RAP 2007) Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - 5450 (-/-)	-	-	-	364.509.115,00	140.542.947,00	0,39
(RAP 2007) Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - 5450 (Espaço implantado/modernizado/ UNIDADE)	-	-	-	364.509.115,00	140.542.947,00	0,39
(RAP 2007) Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer - 2428 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	72.038,00	51.935,00	0,72
(RAP 2007) Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer - 8473 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	296.846,00	209.165,00	0,70
Índice médio geral de realização			-			0,68

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social - percentual	2,000	01/12/2006	1,760	02/2009	10,000	Muito Baixa

Fonte: Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer

Medidas corretivas necessárias: Como previsto e avaliado nos anos anteriores, o relatório de 2008 mostra que um único indicador não dá conta de avaliar o Programa como um todo, cujas 10 ações possuem especificações diferentes. É importante lembrar que em 2008 foi dado encaminhamento para a revisão deste indicador, por meio do Ministério do Planejamento (Discussão do Modelo Lógico) e contratação de Consultoria Específica (PNUD). Medidas em andamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De um lado, a carência de políticas públicas e sociais que atendam as crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, situação que reforça a condição de injustiça e exclusão social na qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira e, de outro, a demanda por políticas de pesquisa e produção do conhecimento no campo do esporte recreativo e do lazer, que embasem a criação e implementação destas políticas, apresentam um quadro desfavorável, em relação ao direito da população brasileira ao acesso a políticas públicas de esporte e lazer de qualidade.

A não atenção do Estado Brasileiro à esta condição social tende a aprofundar as disparidades sociais ainda presentes no país em relação aos direitos previstos na constituição brasileira.

O Programa aponta caminhos no sentido de garantir o esporte e lazer como direitos sociais, seja no acesso a práticas e vivências esportivas, lúdicas, artísticas e culturais, seja no desenvolvimento de pesquisas na área.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 1. Concessão do Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer - "PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL": participação de 145 autores, com 90 trabalhos inscritos, 27 selecionados.

2. Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer: consolidou a integração de 37 Instituições de Ensino Superior, 55 Grupos de pesquisa, 71 pesquisadores coordenadores de estudos, 280 pesquisadores participantes e 284 bolsistas.

3. Funcionamento de Núcleos de Esporte e Lazer e Vida Saudável: Edital de chamada: apresentados 938 projetos, para 2.226 núcleos, demandados de R\$ 699.384.309,05; Firmados 125 convênios, de acordo com os recursos existentes, incluindo emendas. 2.392.418 beneficiadas com os recursos empenhados A ação foi inserida também no PRONASCI.

4. Ações de formação e consolidação de redes de qualificação da informação: realizadas 05 Reuniões Regionais do Programa, participaram as entidades conveniadas, incluindo 81 responsáveis legais pelas entidades, 199 coordenadores gerais, 632 coordenadores de núcleos e 138 entidades de controle social, além dos formadores e pesquisadores do Programa. Foram realizados, também, 87 cursos de formação do Programa, envolvendo 3.637 agentes de esporte recreativo e de lazer, e efetivadas 53 visitas técnicas de orientação à elaboração dos projetos, monitoramento e avaliação das ações.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa 1250 – "Esporte e Lazer da Cidade" – pode ser avaliado a partir de dois conjuntos de ações: Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e Funcionamento de Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte

Recreativo e de Lazer. Além destes existe a ação 5450: Implantação e modernização da infra-estrutura, que não está sendo considerada nesta análise, por ser de responsabilidade de outro setor. O indicador do programa responde apenas pelo primeiro conjunto. Analisando os resultados, para além do indicador, indicamos que:

* em termos orçamentários/financeiros, a gestão teve um índice de eficiência média de 68.05%, se considerados os valores empenhados e pagos, em relação ao previsto. Valores que representam mais diretamente o esforço específico da Unidade Gestora para propiciar condições de demanda, condições internas de serviço, articulações internas e externas que possibilitaram este nível de execução financeira. Este índice sofreu influência de dois fatores pontuais ocorridos em 2008: o processo eleitoral, que interrompeu de julho a outubro, as ações de execução financeira, e a implementação do novo Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos – SICONV. As principais dificuldades encontradas no pagamento para a efetivação das ações se dão pela demora em liberação financeira ao ME, nas descentralizações de crédito e no reduzido espaço de tempo para pagamento dos convênios. Isto é causado pelas dificuldades de elaboração e cumprimento das exigências por parte das entidades aprovadas nos editais, pelos entraves internos de limite de pessoal dos setores responsáveis pela tramitação dos pleitos e pelos fatores já apontados do Processo Eleitoral e Implantação do SICONV. Além dos aspectos já mencionados, a significativa diferença entre o “empenhado” e o “pagamento” nas metas financeiras aponta para a necessidade de melhoria, especialmente, quanto aos aspectos internos de gerenciamento do Programa, qualificando e aprimorando a equipe responsável, tanto na SNDEL quanto nos demais setores do Ministério, tornando-a mais eficiente, no sentido: da comunicação com as entidades; da universalização dos procedimentos e informações; da agilização e qualificação dos trâmites internos; e da coleta, sistematização, avaliação e socialização dos dados. Tal situação torna premente a necessidade da implementação de um sistema de monitoramento de todos os processos, aliado a mudanças substanciais na gestão e na infra-estrutura digital, de comunicação, jurídica e financeira, demandadas pelo plano estratégico da SNDEL.

* quanto à capacidade do Programa de cobrir os custos das ações é possível perceber que a eficiência é muito boa. Cada ação tem seu produto e unidade de medida específica e, mesmo tendo alcançado uma execução financeira de 68.05% (valores empenhados), pelos vários motivos mencionados ao longo do relatório, esses pleitos, se pagos na sua totalidade, levarão a uma execução física de 82,67%. A formação de agentes de esporte e lazer é uma ação que aumenta a eficiência, pois permite a qualificação do trabalhador envolvido nos municípios e núcleos do Esporte e Lazer da Cidade. Cabe salientar que, levando em conta os convênios pagos e em vigência/execução, houve geração de renda a 3.637 (três mil, seiscentos e trinta e sete) agentes sociais de esporte e lazer, oportunizando a capacitação de mais de 4.038 (quatro mil e trinta e oito) pessoas, em cerca de 87 (oitenta e sete) ações de formação.

* em relação ao grau de alcance das metas programadas observamos que em 2008 houve a ampliação da capilaridade do Programa e do número de regiões, estados e, conseqüentemente, municípios brasileiros envolvidos. Podemos concluir, também, que o Programa cumpriu com essa categoria, se considerado o permanente movimento de parceiras locais, estabelecidas pelas entidades conveniadas, junto a ONG's, associações comunitárias de bairro, entidades esportivas, religiosas e educacionais, bem como as secretarias municipais e estaduais de áreas afins (Educação, Assistência Social, Saúde etc.). Cabe destacar que as ações de “Implantação e Funcionamento de Centros de Estudos de Esporte Recreativo e de Lazer – Rede CEDES”; “Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos”; e “Edição e Distribuição de Material Técnico e Científico”, na maior parte dos casos, são desenvolvidas com repasse de recursos a Instituições de Ensino Superior, públicas federais, ou seja, através de descentralização de crédito, o que justifica a diferença entre a execução das metas físicas e financeiras. Se forem considerados os convênios firmados e que estão em execução, pelas descentralizações de crédito, veremos que a eficiência é muito superior à observada nos dados do SIGPLAN e SIAFI. Além disso, considera-se, na presente avaliação, como

resultado de eficácia do Programa o fato de que todas as ações desenvolvidas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte contribuíram, significativamente, para a legitimidade da Rede CEDES, crescentemente reconhecida como instrumento político de produção, registro e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos fundamentais para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. Deste ponto de vista, podem ser estabelecidas correlações importantes dos efeitos e esforços empreendidos para obtenção dos resultados alcançados. Com isso, há uma otimização do montante dos recursos envolvidos, principalmente, para as ações de “Funcionamento de Núcleos”, realização da ação de “Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos” a partir do momento que se considera a análise da relação entre custo e cumprimento de metas quantitativas e qualitativas das ações. Noutro sentido, o resultado financeiro do fomento à pesquisa revelou que a mesma somente será plenamente realizada em 2009, uma vez que a maioria dos convênios estabelecidos somente foi iniciada no final do segundo semestre de 2008. Nesse sentido, há necessidade de melhoria de índices de realização orçamentária com eficaz uso dos recursos empenhados. Quanto aos eventos, as taxas de execução das metas física e orçamentária, apesar de serem significativas, não demonstram outras conquistas importantes para analisarmos a eficácia desta ação. Ou seja, tratam de eventos apoiados pelo ME por meio de ações conveniadas.

* na relação entre os resultados, com observância aos impactos, considerando as variáveis externas, o Programa vem atingindo suas metas, enquanto execução de seus convênios, alcançando uma significativa efetividade social, haja vista o diálogo e a interação local com outras políticas governamentais. Como resultado efetivo neste sentido está sendo consolidada, em 2008, uma ação articulada junto ao MEC, através do Programa Mais Educação, junto ao Ministério da Justiça, através do PRONASCI, possibilitando mudança nas ações apresentadas a partir do potencial cultural local, com a participação dos mais diversos setores sociais, tanto no que diz respeito à representação de segmentos (infância, juventude, adulto, idoso e Portadores de Necessidades Especiais) como de organizações sociais (movimentos organizados, associações, grupo de jovens, grupos culturais etc.). Além disso, a ação Vida Saudável, prevê o desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer específicas a pessoas adultas e idosas. Conseqüentemente, o Programa caminha ao encontro das necessidades sociais, principalmente, dos segmentos mais carentes de ações sociais qualificadas em nosso País. Cabe destacar aqui o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social que vinham se desenvolvendo em parte significativa das entidades conveniadas (sobretudo aquelas do poder público municipal), qualificando o papel do gestor local e dos agentes, junto às comunidades atendidas e alterando, de maneira significativa, a forma como os gestores locais vêm construindo o conceito de Política Pública de Esporte e Lazer. Também pode ser considerado um fator de medida da efetividade do Programa os 938 projetos inscritos no Edital Público de 2008 para a implementação de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, evidenciando o desejo da população em dispor desta Política de Esporte e Lazer. Por sua vez, a avaliação da efetividade da Rede CEDES considera como “recorte” universidades integradas à Rede desde sua criação versus mudanças quanto ao número de IES envolvidas, no de pesquisadores e bolsistas envolvidos. Assim, desde 2003, data da criação da Rede, foi integrado um total de 37 IES. Nessa trajetória, foi desenvolvido um total de 147 pesquisas, envolvendo 71 pesquisadores coordenadores de estudo, 280 pesquisadores participantes e 284 bolsistas, entre alunos de graduação e pós-graduação.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Entendemos que o Programa, dada a complexidade das metas/objetivos que busca alcançar, apresentou contribuição significativa, embora média (ainda insuficiente). Tal contribuição se justifica, especialmente, pela ampliação de espaços de inclusão social, pelo PELC, de segmentos não atendidos suficientemente por outras políticas sociais, como jovens em situação de criminalidade, idosos, indígenas, quilombolas e outros. A contribuição do PELC para o alcance do objetivo Setorial estabelecido pelo PPA 2008-2011 se deu também pela ampliação das oportunidades de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, principal objetivo proposto.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Analisando o resultado da Ação 2667, utilizando-se do único indicador do Programa, o desempenho do PELC é muito abaixo do esperado no que se refere à cobertura do público-alvo. Tal resultado se aplica às demais ações do PELC revelando não só a inadequação do indicador para avaliá-las, como sinalizando o não atendimento da cobertura das demandas, em decorrência da escassez de recursos orçamentários para este fim.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Esta avaliação tem cunho qualitativo, de difícil aferição. Na tentativa de realizar uma avaliação do impacto do Programa e da satisfação dos beneficiários, foi contratada uma consultoria para determinação de um indicador que responda às diferentes ações do mesmo, além de uma pesquisa em andamento para elaboração de instrumento de pesquisa.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, pesquisas, publicações científicas e didáticas, Prêmio Brasil de Esporte e lazer de Inclusão Social. Promoção do desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade social.

Pessoa com Deficiência: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, pesquisas, publicações científicas e didáticas, Prêmio Brasil de Esporte e lazer de Inclusão Social. Promoção do desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade social.

Gênero: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, pesquisas, publicações científicas e didáticas, vídeos, exposições fotográficas, Prêmio Brasil de Esporte e lazer de Inclusão Social. Promoção do desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade social.

Criança e Juventude: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, pesquisas, publicações científicas e didáticas, Prêmio Brasil de Esporte e lazer de Inclusão Social, Núcleos de Esporte recreativo e de Lazer PRONASCI/PELC. Promoção do desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade social.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Recebimento e respostas de demandas relativas ao Programa.

Reunião com grupos de interesse: Foram desenvolvidas diversas reuniões com os mais variados parceiros e representantes das entidades conveniadas com o Programa: representantes do Controle Social, Gestores do Programa, agentes de execução das ações, formadores, comunidade.

Chamada pública para Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e Desenvolvimento de Pesquisas.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Qualificação das ações do Programa, distribuição mais adequada no atendimento às demandas dos diferentes segmentos sociais, relação da pesquisa e da informação com o funcionamento de núcleos.

Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer

GERENTE DO PROGRAMA

Wadson Nathaniel Ribeiro

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte

PÚBLICO-ALVO

Governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$25.706.054,00	Empenhado Liquidado:	R\$8.374.109,00
	Paço Estatais:	-
	Total:	R\$8.374.109,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer - 2600 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	7,00	7,00	1,00	7.200.000,00	2.187.622,00	0,30
Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer - 2366 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	3.885,00	3.992,00	1,03	2.720.001,00	2.641.139,00	0,97
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	200,00	172,00	0,86	300.000,00	139.029,00	0,46
Conferência Nacional do Esporte - 2370 (conferência realizada/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	1,00
Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento do Esporte - 6770 (Instituição financeira remunerada/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	15.286.053,00	3.206.319,00	0,21
Índice médio geral de realização			0,78			0,59

Relatório Anual de Avaliação

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer - 2600 (Estudo / Pesquisa Realizada/UNIDADE)	-	-	-	182.613,00	139.856,00	0,77
(RAP 2007) Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer - 2366 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	204.559,00	191.269,00	0,94
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	78.145,00	58.362,00	0,75
(RAP 2007) Promoção da Cooperação e Intercâmbio Internacional - 2438 (convênio firmado/UNIDADE)	-	-	-	168.000,00	168.000,00	1,00
(RAP 2007) Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento do Esporte - 6770 (Instituição financeira remunerada/UNIDADE)	-	-	-	49.015,00	4.440,00	0,09
(RAP 2007) Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME - 2448 (SISTEMA IMPLEMENTADO/% de execução física)	-	-	-	27.571,00	27.571,00	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,76

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - •Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer: Foram realizados 49 (quarenta e nove) eventos promovidos por instituições públicas e privadas, capacitando 172 (cento e setenta e dois) servidores, diante de uma previsão de 200, que resultou numa execução física de 86%. Para isso foram aplicados R\$ 193 mil, onde R\$ 54 mil referem-se a Restos a Pagar não processados, inscritos em 2007.

•Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: neste contexto foram capacitados 3.992 gestores das esferas federal, estadual e municipal e entidades não governamentais, que desenvolvem tais políticas, propiciando a consolidação dos princípios, diretrizes, eixos dos programas, projetos e atividades a serem implantados e modernizados, nos domínios da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.

•Avaliação de Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer: Foram realizados sete estudos ou pesquisas, cumprindo plenamente a meta física prevista. A Contratação de consultorias especializadas permitem avançar no processo de elaboração e futura implementação do Sistema Nacional do Esporte. Convênios firmados com instituições de pesquisa e a realização de seminários resultaram em estudos sistematizados sobre os programas e as Políticas Públicas implementadas pelo Ministério do Esporte em seu conjunto.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Visamos o aperfeiçoamento do Programa utilizando mecanismos de Gestão, que assegurem participação, transparência, planejamento, avaliação e continuidade das ações, tendo em vista a importância para tornar o esporte e lazer políticas estruturantes.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Visando potencializar a execução dos seus programas sociais, o ME buscou intensificar parcerias que permitiu maior integração com outros programas do Governo Federal, em especial, com aqueles voltados à promoção da inclusão social com a redução das desigualdades e garantia dos direitos humanos, atitude que soma ao ensejo de inserir o esporte e o lazer da agenda do desenvolvimento do país.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Ministério do Esporte, além de primar pela eficiência e eficácia da execução físico-financeira dos Programas e Ações, tem se empenhado também na elevação da qualidade dos serviços oferecidos aos usuários dos mesmos.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: O Beneficiário é o Governo

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: A ouvidoria do Ministério do Esporte tem auxiliado nos trabalhos desta Secretaria, para que possamos atingir todas as metas e ainda alcançarmos um desempenho satisfatório quanto ao cumprimento do objetivo setorial.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Não foi apurado.

Inclusão Social pelo Esporte

GERENTE DO PROGRAMA

Wadson Nathaniel Ribeiro

OBJETIVO

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social

PÚBLICO-ALVO

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$18.220.630,00	Empenhado Liquidado:	R\$11.696.426,00
	Paço Estatais:	-
	Total:	R\$11.696.426,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	300.000,00	297.467,00	0,99
Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania - 2352 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	9.582.000,00	2.280.000,00	0,24	13.068.078,00	10.395.060,00	0,80
Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade - 2362 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	3.600.000,00	0,00	0,00	4.852.552,00	1.003.899,00	0,21
Índice médio geral de realização			0,12			0,66

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	9.018,00	5.050,00	0,56

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania - 2352 (MATERIAL ESPORTIVO PRODUZIDO/UNIDADE)	-	-	-	5.285.864,00	5.285.864,00	1,00
(RAP 2007) Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade - 2362 (MATERIAL ESPORTIVO PRODUZIDO/UNIDADE)	-	-	-	4.414.700,00	3.215.005,00	0,73
Índice médio geral de realização			-			0,76

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos - %	33,330	01/02/2004	0,000		45,000	Muito Baixa
Fonte: MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional						
Medidas corretivas necessárias: Mudança de indicador conforme comentários adicionais.						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Originado a partir da ação Pintando a Liberdade inserida no programa "Reestruturação do Sistema Penitenciário", o programa ora proposto representa a ampliação necessária da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo governo à geração de emprego e renda levou este Ministério a identificar a possibilidade de dar a sua parcela de contribuição por meio de um novo projeto denominado inicialmente de "Pintando a Cidadania" e que envolve a montagem de unidades de produção em comunidades de risco social. Assim, este programa compreende 3 linhas de ações distintas, todas elas destinadas à geração de material esportivo:

- Pintando a Liberdade - destinado à reintegração do detento junto à sociedade.
- Pintando a Cidadania - destinado à geração de emprego e renda em comunidades de risco social, preferencialmente na busca do primeiro emprego.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

- Ressocialização e profissionalização de internos do Sistema Penitenciário Nacional

Produção e distribuição de material esportivo aos Programas Sociais do Ministério do Esporte/ME, em atendimento a população em situação de vulnerabilidade social.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Visamos o aperfeiçoamento do Programa utilizando mecanismos de Gestão, que assegurem participação, transparência, planejamento, avaliação e continuidade das ações, tendo em vista a importância para tornar o esporte e lazer políticas estruturantes. Em 2008, o Programa ressocializou e profissionalizou os internos do Sistema Penitenciário Nacional, por meio de parcerias estabelecidas com os governos de estados, proporcionando a redução de penal de um dia para três dias trabalhados.

Ressalta-se, ampliação de núcleos/unidades de produção implementadas em aproximadamente 7,5% (de 93 para 100 unidades em atividade).

O Programa finalizou o exercício de 2008 com 100 unidades de produção em funcionamento, sendo 75 da Ação 2362 e 25 da Ação 2352. Propiciou a geração de emprego direto para 13.000 internos do sistema penal brasileiro. Na Ação 2352, absorveu a mão-de-obra de 2.433 pessoas que residem em comunidades reconhecidamente carentes na produção de materiais esportivos, promovendo a inclusão social desses indivíduos.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e do lazer, em todas as suas dimensões

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Tal mensuração está atrelada à proporção existente entre os recursos orçamentários disponibilizado e a sua execução, conseqüente beneficiamento do público alvo do programa.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa 1245 Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, nas Ações "Pintando a Liberdade/Cidadania" atendeu com materiais esportivos produzidos e distribuídos em 2008, os Programas Sociais do Governo Federal, administrados pelo o Ministério do Esporte/ME: Segundo Tempo, Esporte e Lazer na Cidade, e também, entidades internacionais e entidades filantrópicas.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Os relatórios apresentados pelas Unidades de Produção do Programa asseveram que as pessoas beneficiadas expressam grau de satisfação elevado. Outro indicador que mensura a satisfação dos beneficiários encontra referência nos relatos obtidos pelos técnicos do Ministério do Esporte/ME, em viagens de vistoria aos Estados convenientes.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: O mecanismo utilizado para avaliar a satisfação dos beneficiários é o relatório de execução do objeto, obrigatório, entregue pelos convenientes na prestação de contas do contatos pactuados. Há eventuais outros mecanismos, tais como depoimentos espontâneos dos aludidos, bem como pesquisas de opinião realizadas pela coordenação dos estados parceiros e matérias editadas pela mídia.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Não existe distinção de raça no processo de desenvolvimento das atividades que são variadas.

Pessoa com Deficiência: Parceria com SINASE e CONANDA da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, por meio de capacitações específicas.

Gênero: Implantação de Unidade de Produção junto as comunidades, onde as atividades de costura são desenvolvidas, na grande maioria, por mulheres, ao passo que a costura das bolas, seja nos presídios, seja nas comunidades, são desenvolvidas por homens.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: O trabalho da ouvidoria do ministério do esporte tem auxiliado na solução de alguns problemas que, de outra forma, sequer chegariam ao conhecimento da gerência.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Maior nível de informação, para aprimorar o gerenciamento do programa.

Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo

GERENTE DO PROGRAMA

Julio Cesar Monzú Filgueira

OBJETIVO

Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens

PÚBLICO-ALVO

Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$297.465.201,00	Empenhado Liquidado:	R\$191.793.607,00
	Paço Estatais:	-
	Total:	R\$191.793.607,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência - 208U (Criança e adolescente beneficiado/UNIDADE)	3.330,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1,00
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais - 8360 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	43.750,00	2.200,00	0,05	7.000.000,00	2.909.442,00	0,42
Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional - 4377 (Criança/adolescente/jovem beneficiado/UNIDADE)	566.732,00	379.000,00	0,67	221.659.001,00	122.419.658,00	0,55
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	500.000,00	495.891,00	0,99
Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional - 8767 (Infra-estrutura implantada/modernizada/UNIDADE)	533,00	265,00	0,50	61.806.200,00	59.508.098,00	0,96

Relatório Anual de Avaliação

Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais - 8238 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	660,00	12.198,00	18,48	1.000.000,00	961.478,00	0,96
Promoção de Eventos de Esporte Educacional - 2626 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	20,00	6,00	0,30	2.500.000,00	2.499.039,00	1,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	2.000.000,00	2.000.001,00	1,00
Índice médio geral de realização				3,33		0,86

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência - 0875 (Criança/ adolescente atendido /UNIDADE)	-	-	-	467.600,00	467.600,00	1,00
(RAP 2007) Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional - 4377 (ALUNO BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	86.547.457,00	57.834.905,00	0,67
(RAP 2007) Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional - 5069 (ENTIDADE BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	7.816.823,00	2.550.823,00	0,33
(RAP 2007) Promoção de Eventos e Participação de Delegações em Competições Nacionais e Internacionais de Esporte Educacional - 2626 (Participante beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	143.659,00	37.757,00	0,26
Índice médio geral de realização				-		0,56

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens - percentual	0,010	31/12/2005	1,100	12/2008	0,090	Média

Fonte: SNEED/ME - IBGE/PNAD

Medidas corretivas necessárias: Conforme exposto acima, o ME tem consciência da dificuldade em atingir os índices previstos de atendimento. Sendo assim, entende-se que somente poderemos nos aproximar das metas considerando o universo de crianças, adolescentes e jovens brasileiros quando for possível associar à política esportiva educacional à política de educação.

Cabe ressaltar ainda que o ME tem buscado diversificar as fontes de financiamento de forma a ampliar o investimento no Esporte Educacional, como a captação de recursos possibilitada pela Lei de Incentivo ao Esporte. Além disso, tem buscado ampliar o orçamento por meio da articulação com parlamentares visando a aprovação de emendas individuais e de bancadas para o PST.

1. De acordo com a tela Caracterização campo Indicadores, entende-se que a unidade de medida corresponde à Percentual, portanto os índices apurados em 2008 foram multiplicados por 100, enquanto que os índices de referência indicados para 2008, 2009, 2010 e 2011 não estão apresentados em percentual e sim na forma de índice, assim sendo solicitamos análise e providências que se fizerem cabíveis de acordo com o exposto abaixo, considerando ainda os itens 2 e 3.

Taxa de atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens

Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100
2008	0,01	1,00
2009	0,08	8,00
2010	0,09	9,00
2011	0,09	9,00
Final do PPA 2008/2011	0,09	9,00

Taxa de atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros

Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100
2008	0,11	11,00
2009	0,13	13,00
2010	0,14	14,00
2011	0,15	15,00
Final do PPA 2008/2011	0,15	15,00

Taxa de atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 mil Habitantes e Regiões Metropolitanas

Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100
2008	0,29	29,00
2009	0,31	31,00
2010	0,33	33,00
2011	0,35	35,00
Final do PPA 2008/2011	0,35	35,00

2. Aplicada a forma correta, os índices apurados ao final de 2008, são inferiores aos índices de referência para o ano em questão, exceto o indicador Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens. Porém quando tratamos do índice previsto para o final do PPA registra que, com base nos índices apurados de 2007 e 2008, a possibilidade de alcance é baixa. Assim faz-se necessário a correção da Questão de nº 3 – Possibilidade de Alcance do Índice Prevista para 2011, referente ao Indicador Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros e Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões metropolitanas como “Baixa” e não como consta “Alta”.

3. Em 21 de maio de 2009, encaminhamos a CGPAG as alterações dos índices de referência dos indicadores já existentes com base nos resultados apurados em 2007 e 2008, de acordo com o exposto abaixo, visando o equilíbrio entre os índices de

referência e os índices a serem apurados nos demais anos.

Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescente e Jovem.

Unidade de Medida: Percentual

Previsão para os índices: 2010 = 1,50
 2011 = 1,60
 2012 = 1,60
 2013 = 1,70

Fonte: SNEED/ME – IBGE/PNAD

Periodicidade: Anual

Base Geográfica: Nacional

Justificativa: As previsões dos índices de 2010, 2011, 2012 e 2013 foram revistas com base nos números apurados no exercício de 2007 (1,55) e 2008 (1,10) e ainda considerando o montante dos recursos orçamentários aprovados na LOA de 2009 destinados a ação 4377 de funcionamento de núcleos de esporte educacional.

Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros

Unidade de Medida: Percentual

Previsão para os índices: 2010 = 8,00
 2011 = 8,50
 2012 = 8,50
 2013 = 9,00

Fonte: SNEED/ME – IBGE

Periodicidade: Anual

Base Geográfica: Nacional

Justificativa: As previsões dos índices de 2010, 2011, 2012 e 2013 foram revistas com base no número apurado no exercício 2008 (7,13) e ainda considerando o volume de recursos orçamentários aprovados na LOA de 2009 destinados a ação 4377 de funcionamento de núcleos de esporte educacional.

Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões Metropolitanas

Unidade de Medida: Percentual

Previsão para os índices: 2010 = 9,50
 2011 = 10,00
 2012 = 10,00
 2013 = 10,50

Fonte: SNEED/IBGE

Periodicidade: Anual

Base Geográfica: Nacional

Justificativa: As previsões dos índices de 2010, 2011, 2012 e 2013 foram revistas com base no número apurado no exercício 2008 (9,05) e ainda considerando o volume de recursos orçamentários aprovados na LOA de 2009 destinados a ação 4377 de funcionamento de núcleos de esporte educacional.

Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros - percentual	0,110	31/12/2006	7,130	12/2008	0,150	Alta
--	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: SNEED/ME- IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes e Regiões Metropolitanas - percentual	0,290	31/12/2007	9,050	12/2008	0,350	Alta
Fonte: SNEED/ME- IBGE						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso a atividades esportivas e complementares, no tempo ocioso, desenvolvidas em espaços físicos públicos ou privados, tendo como enfoque principal e abordagem pedagógica o esporte educacional e a inserção de crianças, adolescentes e jovens que se encontram fora do ensino regular.

A prática esportiva, conforme preconiza o Artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir à sociedade - independentemente da condição sócio-econômica de seus distintos segmentos - o acesso ao Esporte. Este acesso, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando este é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo, terá, ainda, como conseqüência, o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e qualidade de vida, do bem estar e o aprimoramento da consciência crítica, além de contribuir efetivamente para a ampliação do número de horas dedicadas ao processo educacional e a redução da evasão escolar, da repetência e déficit no processo de aprendizagem.

Portanto, a partir das orientações dadas pelo projeto democrático e popular do Governo Federal aos programas sociais esportivos, voltados à inclusão social e para a gestão democrática, o Programa de Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo contribui para a reversão do quadro de injustiça, de exclusão e vulnerabilidade social a que é submetida grande parcela de população brasileira (crianças, adolescentes e jovens), atuando sinergicamente com outros programas e ações intersetoriais que visam o atendimento do mesmo público-alvo.

As finalidades precípua são o desenvolvimento de estudos, a melhoria da infra-estrutura esportiva, a democratização do acesso à prática esportiva, a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras, a melhoria da qualidade de vida, a diminuição da exposição aos riscos sociais, o desenvolvimento de valores comunitários e a conscientização para a prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania a crianças, adolescentes e jovens.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 1. Ampliação da abrangência do Segundo Tempo:

- 42 novos convênios firmados ou renovados em 2008, finalizando o ano com aproximadamente 900.000 beneficiados pelo Programa;
- instituição de convênios plurianuais;
- modelos de atendimento a comunidades específicas, tais como pessoas com deficiência; unidades sócio-educativas; comunidades indígenas; e quilombolas; visando o desenvolvimento de projetos pilotos para validar a metodologia e promover a diversificação do atendimento;
- iniciativas para extensão do Segundo Tempo aos segmentos específicos do Ensino Médio e Superior, através da formalização de parcerias para o desenvolvimento de projeto piloto a partir de 2008 com Institutos Tecnológicos e Instituições de Ensino Superior.

2. Minimização da solução de continuidade:

- melhor qualificação das entidades convenentes, através de renovações de convênios com foco nos Governos Estaduais e Municipais e convênios que apresentaram importantes resultados na execução, conseqüentemente reduzindo o número de convênios celebrados com Organizações Não Governamentais e ampliando significativamente as parcerias públicas;
- instituição de convênios plurianuais;
- melhoria na qualidade do atendimento aos beneficiários, através do desenvolvimento do novo modelo de capacitação que prevê a formação de multiplicadores, de forma presencial e descentralizada. A proposta visa à capacitação presencial de todos os Coordenadores que atuam nos convênios, sendo a Capacitação em Gestão direcionada aos Coordenadores-Gerais e a Capacitação Pedagógica voltada para os Coordenadores-Pedagógicos, Setorial e de Núcleos. O 1º Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleo do PST se estendeu até dezembro de 2008, sendo realizados 03 eventos de Capacitação de Coordenadores-Gerais e 48 eventos de Coordenadores-Pedagógicos, Setoriais e de Núcleos, em 20 localidades. No total foram capacitados 231 Coordenadores-Gerais e 4.481 Coordenadores Pedagógicos, Setoriais e de Núcleo.

3. Elaboração da proposta do Projeto Recreio nas Férias que oferece atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas aos beneficiados no período de férias escolares, e realização de todos os procedimentos necessários para a realização da edição Piloto (capacitação de recursos humanos, licitação de materiais, elaboração de Termos Aditivos, etc.) previsto para Janeiro e Fevereiro de 2009, com vistas a atender a 104 mil crianças, adolescentes e jovens em 520 núcleos do Programa Segundo Tempo, em 13 estados e 71 municípios de todas as regiões do país. Todo o processo de formalização com os parceiros iniciou com a definição dos critérios de participação e a publicação de uma Chamada Pública. Ao final deste processo, as entidades foram habilitadas a participar por meio da assinatura de um Termo de Adesão. A realização da primeira edição busca trazer para o PST as dimensões do lúdico e do lazer, além de proporcionar seu alinhamento pedagógico com o calendário escolar;

4. Reestruturação da SNEED com a criação de setores e redistribuição de suas competências, a partir das novas normativas de celebração de convênios e revisão das diretrizes gerais e pedagógicas do Programa, visando à qualificação de seu desempenho por intermédio do aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e controle de sua execução, atendendo principalmente às recomendações dos órgãos de controle. A capacitação da equipe interna, com revisão, atualização e construção de modelos padronizados para a apresentação dos pleitos e para o controle e monitoramento dos convênios, de acordo com as novas diretrizes, também contribuiu para a qualificação da gestão do Segundo Tempo. Destacam-se: estabelecimento de novas diretrizes com revisão das ações que integram os convênios e adequação dos documentos (formulários, modelos de declarações) exigidos no processo de formalização, qualificando a seleção das entidades, com aumento significativo das

parcerias públicas; qualificação da execução dos convênios com as exigências do cumprimento dos procedimentos preliminares para obtenção da Ordem de Início - Autorização para atendimento aos beneficiados; adoção da nova sistemática de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo dos convênios; redução do passivo de Prestação de Contas e gestão integral da Prestação de Contas dos convênios tanto técnica quanto financeira;

5. Fortalecimento do Esporte Educacional Brasileiro através da realização de 10 eventos específicos por intermédio da CBDU e CBDE.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O grau de contribuição dos resultados do Programa Segundo Tempo para o alcance do objetivo setorial “democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas suas dimensões” foi baixo pelas seguintes exposições: a) Dificuldade de articulação entre o sistema educacional e o sistema esportivo, articulação essencial para assegurar a ampliação da participação de escolares de todos os níveis de ensino em atividades e eventos esportivos; b) Utilização incipiente da escola, único caminho possível para a universalização do esporte; c) Baixo potencial do atual modelo de conveniamento; e d) Recursos orçamentários muito aquém do necessário para a democratização do esporte.

Apesar do exposto, a SNEED tem priorizado a articulação de ações que envolvam a escola como um dos eixos norteadores, como é o caso do Programa Mais Educação. Ao mesmo tempo, a Secretaria tem procurado avançar nas discussões com o MEC para consolidar uma proposta mais efetiva para o esporte educacional como política pública. Por fim, desenvolve um trabalho de conscientização da importância do esporte educacional para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, principalmente àqueles em situação de risco social, no sentido de aumentar os recursos disponíveis para o Programa.

No exercício de 2008, o Segundo Tempo garantiu o atendimento de aproximadamente 900.000 beneficiados, o que corresponde a uma baixa porcentagem das crianças, adolescentes e jovens do Brasil. Registra-se ainda que se tivesse ocorrido a liberação da totalidade do crédito suplementar, seria possível duplicar o número de beneficiados.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Para o Ministério do Esporte, conforme delimitado da I Conferência Nacional de Esporte, a escola é vista como foco irradiador de políticas de universalização do esporte e o esporte é visto como estratégia que possibilita reafirmar a solidariedade, a auto-estima, o respeito ao próximo, a facilidade na comunicação, a tolerância, o sentido do coletivo, a cooperação, a disciplina, a capacidade de liderança, o respeito a regras, as noções de trabalho em equipe, a vida saudável, enfim um instrumento efetivo de desenvolvimento integral. A articulação entre o sistema educacional e o sistema esportivo é essencial para assegurar a ampliação da participação de escolares, de todos os níveis de ensino, em atividades e eventos esportivos e, na compreensão da SNEED, é o caminho para a democratização do esporte. Assim, há prioridade na articulação por parte desta Secretaria em todas as ações que envolvam a escola e o esporte como um dos eixos norteadores, como é o caso do Programa Mais Educação. A SNEED acredita que o único caminho possível para a universalização do esporte é a escola, não havendo possibilidade de alcançar o objetivo setorial com o atual modelo de conveniamento e os recursos orçamentários

disponíveis. Nesse sentido, a SNEED tem procurado avançar nas discussões com o MEC para consolidar uma proposta mais efetiva para o esporte educacional como política pública. No exercício de 2008, o Programa Segundo Tempo garantiu o atendimento de aproximadamente 900.000 beneficiados entre crianças, adolescentes e jovens. Registra-se ainda que se tivesse ocorrido a liberação da totalidade do crédito suplementar, o mesmo permitiria duplicar o número de beneficiados atendimentos.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Com os recursos orçamentários de 2008 foram beneficiados 644.600 crianças, adolescentes e jovens, referente à celebração de novos convênios e empenho de segunda parcela de convênios formalizados em 2007. Porém destacamos que o atendimento no decorrer do referido ano corresponde aproximadamente a 900.000 beneficiados, quando considerados os convênios com empenho total no ano de celebração e vigentes ainda em 2008.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Com a implantação do sistema de acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios do PST realizado por meio das Equipes Colaboradoras que se organizam a partir de uma Rede de Universidades, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional está estruturando o formato e modo de operacionalização das pesquisas, através das equipes em questão. Considerando que as mesmas, mantêm agenda de visitas de orientação pedagógica e administrativa aos núcleos, atividade considerada prioritária no acompanhamento dos convênios, todos os convênios são visitados pelo menos duas vezes por semestre, dentro dos respectivos períodos de vigência, possibilitando a aplicação de pesquisas quanto à satisfação dos beneficiários e outras ações. Essas visitas têm a função básica de promover o acompanhamento local sobre as ações projetadas nos planos pedagógicos, assim como, analisar junto aos coordenadores dos convênios dificuldades e avanços na execução das ações. Da mesma forma, analisar o impacto dos núcleos junto às comunidades em que estão inseridos. Apesar da sistemática acima estar em desenvolvimento, a SNEED elaborou em 2008 o modelo da avaliação do projeto Recreio nas Férias aplicado durante a sua realização, em janeiro de 2009, cujos resultados estão em fase final de análise.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Em 2008 avançou-se nas seguintes questões quanto à implantação do PST em comunidades Indígenas e Quilombolas - Participação da 1ª Oficina do Programa Segundo Tempo Indígena” com objetivo de debater sobre o desenvolvimento e implementação de Políticas Públicas de Esporte Educacional nas comunidades indígenas brasileiras, na construção de proposta para implantação dos projetos-piloto

em algumas aldeias indígenas e comunidades quilombolas localizadas em diferentes Estados. Tais projetos têm como objetivo aplicar a legislação vigente, mensurar custo/benefício por núcleo e, principalmente, avaliar os impactos sociais da implantação do Programa Segundo Tempo junto às comunidades indígenas e comunidades quilombolas. Também foi assinado, no final do exercício, o Termo de Cooperação entre o Ministério do Esporte e a Fundação Nacional do Índio.

Pessoa com Deficiência: Foi construído o modelo de atendimento dos núcleos do Projeto Pessoa com deficiência no PST, além da qualificação tema " Deficiência" desenvolvido nos ciclos de capacitação dos coordenadores do Programa Segundo Tempo. Em 2008 foram celebrados dois convênios através de Projeto Piloto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e Universidade Federal de Pelotas para o atendimento especificamente de 400 crianças, adolescentes e jovens com algum tipo de deficiência.

Gênero: Além da continuação da atividades iniciadas em 2007, em 2008 foram realizados vários esforços no sentido de iniciar um projeto que possa fomentar a discussão da participação feminina no Programa Segundo Tempo. Iniciamos a construção de um projeto em parceria com a União Brasileira de Mulheres (UBM) no sentido de estudarmos o perfil das beneficiadas e das mães do PST, além de oferecer aos coordenadores, monitores, mães e beneficiados palestras sobre temas como: saúde da mulher, a mulher no esporte nacional, violência contra mulher e outros temas afins.

A construção do projeto avançou bastante, mas não a ponto de conseguirmos formalizar um convênio, o que esperamos conseguir fazer ainda no 1º semestre de 2009.

Criança e Juventude: O Ministério do Esporte, por meio do SNEED, acompanhou, sob várias perspectivas, a temática de juventude. O objetivo desta nova frente de atuação do Governo Federal, compartilhada pelo Ministério do Esporte, é priorizar a construção de políticas públicas com vista ao atendimento da juventude brasileira, alvo de severos e problemáticos indicadores, e que apresenta mecanismos diferenciados e inovadores de acolhida da ação estatal. Em 2008, a SNEED priorizou a formulação do PST Socioeducativo, Universitário e Institutos Tecnológicos, além da representação do Ministério junto a vários órgãos, em especial, ao Conselho Nacional de Juventude e na realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que como forma de despertar o interesse da juventude para a temática do esporte e do lazer, a vivência e apropriação por toda a população brasileira do tempo livre, criou espaço interativo, chamado Praça da Juventude, o qual aplicou o princípio norteador da Política Nacional de Esporte de universalização da prática esportiva. Houve também a participação ativa no seminário "Políticas de Esporte para a Juventude" e na Oficina sobre "Plano Nacional de Esporte e Juventude", visando aprimorar o debate e a condução das políticas de forma a compreender o universo juvenil e melhor influenciar no processo de construção da cidadania. Uma das ações escolhidas pelo CONJUVE com foco juvenil para monitoramento, foi a do PST.

COMENTÁRIOS: Durante o ano de 2008 deu-se continuidade às atividades iniciadas em 2007, quanto ao desenvolvimento do Projeto Recreio nas Férias, que oferece às crianças e adolescentes participantes do Programa Segundo Tempo no período de férias escolares de janeiro, opções de lazer que preencham o seu tempo livre de forma prazerosa, através do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer a auto-estima das crianças e jovens, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias. A partir do projeto piloto desenvolvido em jan/fev de 2009, o modelo poderá ser oferecido a todas as crianças, adolescentes e jovens do PST.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: O Ministério do Esporte possui em sua estrutura organizacional uma Ouvidoria, que é a unidade responsável por receber, registrar, conduzir internamente, responder e/ou solucionar as manifestações (reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitação de informação) de cidadãos-usuário, internos ou externos, e de instituições acerca das atividades e serviços de sua competência, com o intuito de aprimorar ou corrigir os serviços prestados.

Desta forma, a Ouvidoria funciona como um canal aberto de comunicação, fortalecendo o exercício da cidadania e auxiliando na resolução de problemas com qualquer uma das Unidades do Ministério do Esporte.

Considerando que a Secretaria Nacional de Esporte Educacional é a unidade gestora do Programa Segundo Tempo, todas os questionamentos/denúncias relativos ao Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional são encaminhados pela Ouvidoria, após a formação de processo específico, para a análise e providências cabíveis, procedimento que em 2008 passou a integrar o Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação dos Convênios do PST.

Após o recebimento da denúncia por essa unidade, a área técnica competente efetua análise preliminar acerca dos fatos informados/delatados, face os elementos constantes dos autos do convênio relativo, proferindo se necessário uma Informação, na qual são consignadas as medidas apuratórias cabíveis

As Entidades Fiscalizadoras são indicadas pelas Entidades Convenientes como representantes da sociedade civil, responsáveis por exercer o Controle Social dos respectivos projetos. As Entidades Fiscalizadoras, dentro de suas limitações, possuem um papel importante no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, bem como na avaliação dos serviços prestados à sociedade. Em 2008, a SNEED propôs a realização de um Encontro presencial com o objetivo de conscientizar as Entidades sobre seus papéis e responsabilidades frente ao compromisso assumido. Embora muitas entidades sequer tenham conhecimento do papel a ser desempenhado, outras se destacam por sua dedicação e empenho no acompanhamento dos convênios sob sua responsabilidade, portanto, valorizá-las e capacitá-las é uma tarefa imprescindível ao bom andamento das ações do Programa Segundo Tempo.

A realização do 1º encontro possibilitou a participação de 77 Entidades de controle social. A partir dos problemas identificados em conjunto com as Entidades Fiscalizadoras e o representante da CGU presente ao evento, a SNEED realizou reuniões internas e elaborou a proposta de reformulação dos procedimentos relativos às Entidades Fiscalizadoras e definiu as responsabilidades de cada uma de suas coordenações na interface com as Entidades Fiscalizadoras. As mudanças que serão implementadas em 2009, vão desde as exigências no momento da formalização dos convênios, e envolvem toda a execução dos convênios, até que a Entidade indicada cumpra o seu papel no controle social.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Denúncias - Registre-se que no exercício de 2008 foram apuradas 30 denúncias, com emissão de Relatórios Finais e devolução à Ouvidoria.

Conforme se verifica, esta unidade gestora tem envidado esforços no sentido de prestar todos os esclarecimentos sobre fatos específicos que lhe são apresentados, assim estimulando a fiscalização pelas comunidades interessadas, que vem desempenhando relevante papel social no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Entende-se que o canal aberto via a Ouvidoria do ME é de suma relevância e de fato proporciona o fortalecimento do exercício da cidadania, além de auxiliar na resolução de problemas pontuais enfrentados pelas entidades parceiras, responsáveis pela execução do Programa Segundo Tempo, contribuindo na identificação de fragilidades e no aprimoramento da gestão. É mister salientar que esta unidade também recebe informações/denúncias por meio dos endereços eletrônicos institucionais, para as quais é dado o mesmo tratamento daquelas recebidos formalmente pela Ouvidoria/ME. Por

fim, ressalta-se que a SNEED tem entendido as denúncias e/ou o pedidos de informações recebidos como um importante canal de comunicação com a sociedade. Embora algumas vezes, após a apuração, a denúncia seja considerada improcedente, em outras, os fatos relatados levaram a uma fiscalização mais efetiva que permitiram sua confirmação. Nos casos em que configuraram irregularidades de natureza grave, foram decisivos para subsidiar as decisões da gestão, que tem se pautado pela transparência e pelo rigor no acompanhamento dos convênios do Programa Segundo Tempo. Desde outubro de 2008, o monitoramento, a avaliação e o controle da execução dos convênios vêm sendo efetivados de forma articulada entre o acompanhamento realizado pelas Equipes Colaboradoras, os procedimentos operacionais desenvolvidos pela equipe técnica da SNEED e o acompanhamento das Entidades Fiscalizadoras - A aproximação das Entidades Fiscalizadoras marcada pela realização do 1º Encontro e pela adoção de medidas saneadoras pelas coordenações responsáveis pelo acompanhamento dos convênios, será complementada pela introdução de novas exigências no processo de formalização, o que deverá aprimorar a qualidade do controle social nos convênios do PST. A integração desses processos está totalmente direcionada ao aprimoramento da gestão, considerando as dimensões Operacional e Pedagógica do Programa e valorizando cada vez mais a participação social.

Os primeiros resultados poderão ser conhecidos no próximo ano (2009), que será voltado para a avaliação da metodologia adotada e dos resultados obtidos com a nova sistemática de acompanhamento dos convênios do PST.